

## Quando falta planejamento

DIAS SUCESSIVOS DE CHUVA DURANTE O mês de julho provocaram inundações e deslizamentos que atingiram cerca de 50 mil pessoas em mais de 60 municípios gaúchos. Segundo informações da Defesa Civil, o nível dos rios Gravataí, Sinos, Jacuí, Caí e Uruguai se elevou acima da média, represando os cursos d'água que cortam as cidades e desaguam naqueles. Com isso, as famílias que habitam as margens desses corpos d'água tiveram de buscar refúgio em abrigos ou na casa de amigos e parentes. Da mesma forma, os moradores das encostas de morro também se viram forçados a se retirar.

A escalada dos eventos, iniciada com as primeiras precipitações intensas no dia 13, levou ao decreto de situação de emergência coletiva em 26 municípios, e provocou a criação de um Gabinete de Emergência por parte do governo estadual para coordenar as ações de ajuda. Ainda assim, diante do grande número de inundações, até o dia 23, quando vigorou um período de estio, não houve nenhum registro de morte decorrente da chuvarada.

Consequências bem mais severas teve o desastre natural registrado na região serrana do Rio de Janeiro, no fatídico janeiro de 2011. As enchentes, os deslizamentos e desabamentos atingiram cerca de 90 mil pessoas e deixaram mais de 900 mortos. Considerada a maior na história do país, essa tragédia provocou a elaboração de uma nova legislação, que resultou na instituição da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), dispoendo sobre as responsabilidades dos integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e autorizando a criação de medidas de monitoramento de desastres.

De lá para cá, houve muitas mudanças na abordagem dos riscos de desastres por parte do poder público, como recorda Alexandra Passuello, engenheira civil que é secretária-executiva do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED) e gestora do Grupo de Gestão de Risco de Desastres (GRID), ambos ligados à Universidade. “As mudanças buscaram passar de uma resposta de reação, em termos de assistencialismo, para uma questão de planejamento, pensando prevenção, ações mitigadoras, preparação; ou seja, primeiro faz-se o diagnóstico de um município e, a partir disso, pensa-se ‘como vou reduzir os riscos encontrados no diagnóstico?, como me preparo para enfrentar determinada ameaça da forma mais eficaz possível para reduzir os danos?’”, explica.

Uma vez ocorrido o desastre, as ações de resposta, enfrentamento e recuperação podem ocorrer de forma coordenada por parte do poder público, tendo na ponta a Defesa Civil, ou podem vir de iniciativas espontâneas da população, em locais onde os agentes públicos não estão presentes, seja por indisponibilidade, seja pelo menor grau de vulnerabilidade das residências atingidas. Algumas dessas situações, a equipe do Jornal da Universidade pôde presenciar nos municípios de Sapucaia do Sul, Esteio e Campo Bom, na região metropolitana de Porto Alegre, onde esteve durante o período chuvoso. Relatamos aqui realidades enfrentadas por diferentes indivíduos e equipes de defesa civil e refletimos como a Universidade pode participar da prevenção contra desastres e da redução da vulnerabilidade socioambiental.

**TEXTO FELIPE EWALD  
FOTOS FLÁVIO DUTRA**

# Ronda por áreas afetadas



Agentes da Defesa Civil fizeram o atendimento aos moradores atingidos por uma enxurrada provocada pelo rompimento de um duto no bairro Vargas no município de Sapucaia do Sul

Saindo de Porto Alegre rumo ao norte, seguimos pela Rodovia do Parque (BR-448). No para-brisa, uma chuva leve e ininterrupta e o som da borracha do limpador. À esquerda, temos a companhia do Rio dos Sinos. À direita, já próximo a Esteio, começamos a ver grandes áreas cultiváveis totalmente alagadas, em um prenúncio do que encontraríamos mais tarde.

Nosso primeiro destino é Sapucaia do Sul, onde por volta de 900 pessoas – de um total de 130 mil habitantes – tiveram que sair de suas casas nos bairros Fortuna e Carioca, segundo informações da prefeitura municipal. Lá encontramos o coordenador da Defesa Civil local, Clóvis Eduardo Pereira, inspecionando o carregamento de um furgão com doações recebidas no dia anterior. Todos falam alto e agem com dinamismo. Os semblantes mesclam seriedade e satisfação. No ambiente há uma mistura entre o estado de alerta e tensão e o nível de excitação e euforia, o que decorre do envolvimento na atividade de assistência e do peso emocional que a acompanha.

A carga lota o veículo, que sai em direção ao banco de agasalhos. Nosso rumo é outro: vamos acompanhar algumas visitas a serem realizadas pelos agentes Elenilton e Adilson. As diligências envolvem vistorias preventivas e o acompanhamento de algumas situações já atendidas. Seguimos o carro deles em direção aos bairros Vargas e Parque Joel.

Apesar de não ficarem próximos ao Rio dos Sinos, esses locais também registraram ocorrências, entre inundações e deslizamentos. Alguns pontos já eram conhecidos da Defesa Civil em função das visitas feitas à época de um estudo realizado em parceria com a UFRGS. “No levantamento de dados, fizemos muitas

oficinas com os gestores públicos, os diversos setores da prefeitura e os moradores das áreas de risco, todos conversando juntos sobre a problemática. A ideia era não só criar mapas de vulnerabilidade, mas também desenvolver uma metodologia de mapeamento a ser realizada pelos municípios”, recorda Alexandra Passuello, gestora do GRID.

Chegamos a uma rua sem saída que termina em uma escadaria que é passagem para os alunos de uma escola localizada logo antes.

**“A questão habitacional demanda um comprometimento grande por parte da gestão pública para ser solucionada”**

Do lado esquerdo, o muro de uma casa ameaça cair. O morador, Gilberto, nos convida a entrar no pátio para ver o estado da estrutura que cede, mesmo amparada por arames, uma viga e a grade. Ele comenta que sabe que terá que derrubar e refazer tudo, mas só depois da parada da chuva. Isso gerará um gasto que não estava previsto, ainda que lhe pareça um problema menos grave do que o enfrentado pelo vizinho dos fundos, o qual perdeu a residência depois que o terreno todo cedeu morro abaixo. Adilson, da Defesa Civil, solicita que a

obra seja feita com urgência e alerta para que Gilberto perceba que está colocando em risco as pessoas.

**Risco e prejuízo** – Partimos morro acima em direção a uma rua paralela, onde encontramos uma moradia de madeira com base em alvenaria. Ao passar pela porteira, o pé começa a afundar na lama; o solo está úmido e escorregadio. Passados os arbustos, chega a nós um clarão propiciado pela ausência do casebre que ficava nos fundos do terreno e agora está aos pedaços, invadindo a varanda da residência situada bem abaixo ao pé da encosta. O agente Elenilton comenta que a casa já estava desocupada, mas os vizinhos dos terrenos à volta se recusam a sair, apesar dos pedidos da Defesa Civil. Além disso, informa que esta é uma área de ocupação irregular, o que dificulta o planejamento e a prevenção de riscos, uma vez que há uma rotatividade de cidadãos que encontram ali uma alternativa para constituir sua moradia enquanto não são contemplados satisfatoriamente por alguma política habitacional.

Alexandra pontua que “muitas das questões urbanas têm relação com os desastres, como a moradia”. As remoções, em especial, constituem um problema muito delicado. “Algumas áreas críticas certamente não poderiam ser ocupadas. O fato é como a gestão municipal lida com o processo de realocação das famílias. Muitas vezes, isso não é feito adequadamente, ou então é, mas a área de onde as pessoas foram removidas não recebe outro uso nem tem fiscalização adequada e volta a ter moradores”, assevera. Se isso ocorre, a cidade segue sofrendo com os mesmos problemas.

“Aí entra a integração das políticas públicas, pois dificilmente vai estar na competência da secretaria de habitação ou da defesa civil a política ligada ao novo uso. Ações isoladas não resolvem o problema de uma forma definitiva”, complementa a arquiteta Eloísa Maria Adami Giazzon, também integrante do Grupo de Gestão de Risco de Desastres.

Quando as realocações são feitas muito longe da região onde as famílias estavam estabelecidas, há o risco de que não se adequem e voltem. Eloísa comenta: “Às vezes há uma rede social na proximidade, que é o que faz a família sobreviver melhor. Se essa rede é rompida, não tem mais quem cuide da criança no turno inverso da escola, por exemplo; há uma série de problemas no novo local”.

Antes de partirmos, Elenilton dá uma última olhada para a ruína da casa que restou no topo da encosta e, um tanto resignado, arremata: “É complicado, não tem muitas alternativas. Daqui a pouco eles vêm e constroem tudo de novo”. Para se evitar a continuidade desse ciclo, Alexandra sugere que os gestores públicos, bem articulados, realizem um processo participativo desde o início do diagnóstico até a decisão da área a ser ocupada. No entanto, ressalva: “A questão demanda um comprometimento grande por parte da gestão pública para ser solucionada”.

**Percalços da assistência** – Nossa parada final ocorre na rua transversal, logo abaixo, às margens de um córrego que está com o nível d’água bem elevado, mas não transborda. A chuva incessante agora aperta um pouco mais. Começamos a sentir os pés mais gelados e úmidos. Encontramos os moradores sendo

atendidos por uma equipe da Defesa Civil. Eles tinham sido atingidos por uma enxurrada vinda, inesperadamente, de um duto subterrâneo que atravessa o terreno. Em função de algum entupimento antes da chegada ao córrego, a caixa de inspeção situada no pátio estourou e o esgoto pluvial lavou todo o quintal e invadiu a casa, subindo cerca de 10 cm e passando com muita força – um dos habitantes gravou a cena com o celular e, estarecido e um tanto assustado, mostra à equipe da prefeitura.

Caminhamos pela área com muita dificuldade. A enxurrada já havia passado, mas a lama permanece e torna o piso escorregadio. Dentro de uma das habitações, integrantes da secretaria de desenvolvimento social do município atendem Dona Geire, ainda em estado de agitação decorrente do susto. A seu lado, no sofá, seu filho de 5 anos brinca tranquilamente com o cachorrinho da família. Apesar do risco de a situação se repetir, ela se recusa a sair da casa, pois, ao lado, vive sua sogra, que está com câncer e em breve será operada.

A assistente social se surpreende ao saber que nenhuma delas está no cadastro único da secretaria, por meio do qual poderiam acessar benefícios, como uma nova moradia em local seguro. Dona Geire explica que tem seu CPF suspenso por conta de dívidas de uma empresa não encerrada que mantinha em São Paulo com seu ex-marido. Afirma que já foi até a Secretaria de Habitação de Sapucaia do Sul, mas diz com desalento: “Eles não ajudam a gente; tem que ser vocês”. O anseio por uma solução definitiva e uma tradição de políticas de cunho assistencialista geram certa confusão quanto à ação do poder público, o que surge em outra declaração: “Na época de eleição eles vêm aqui e prometem, mas não fazem nada”.

A equipe de assistência recomenda que Geire vá com o CPF de sua sogra até o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado no final da sua rua, e faça o cadastro único. Assim, a situação de vulnerabilidade poderá ser registrada e ambas entrarão na rede de assistência do município e no cadastro do programa Minha Casa Minha Vida.

O atendimento chega ao fim. Os moradores nos levam até o portão e se despedem com um leve brilho de alívio e esperança no olhar, mesmo com a situação ainda indefinida – a complexidade de suas vidas parece ter adquirido alguma organização e um rumo.

À saída, os membros da equipe conversam entre si e se perguntam se houve algum erro cometido pela Secretaria de Obras no planejamento ou na execução de alguma ação que teria provocado o entupimento do duto e a inundação. Contestam a concretagem feita há pouco tempo em um ponto próximo da rua.

**Foco no planejamento** – Em relação à coordenação das ações, Eloísa, do GRID, pontua: “Na atuação de resposta, todos os setores da prefeitura de uma cidade até se unem, mas na prevenção é um pouco diferente. Então, a noção de que a gestão de risco compreende o planejamento e as ações preventivas é muito importante”. Ela assevera que esta deve se constituir em enfoque permanente para o planejamento urbano como um todo. “Na cidade, há duas situações: a forma como ela já está constituída e consolidada e como vai crescer dali para frente. Assim, se o modelo de desenvolvimento continuar como sempre foi, teremos cada vez mais exposição”, resume.

Ao final da manhã, encerrada a ronda por Sapucaia, despedimo-nos de Elenilton e Adilson com uma sensação de atordoamento diante da complexidade das demandas colocadas à gestão pública. As fragilidades que testemunhamos sinalizam que o atendimento às situações de vulnerabilidade vai muito além das ações imediatas de resposta diante das inundações e dos desabamentos, a começar pelo próprio acesso à moradia digna.

Parece-nos agora mais pesado, ainda que reconfortante, retornar para o aconchego do carro e aquecer os pés na calefação, enquanto nos afastamos dessa realidade.



Em Sapucaia e Campo Bom, muitos deixaram suas casas em função da enchente causada pelo excesso de chuvas e do risco de desabamento das moradias



## Serenidade para seguir em frente



Antes de retornar a Porto Alegre, cruzamos por Esteio, município em que as inundações foram mais graves que na vizinha Sapucaia. No bairro Christi, próximo a um riacho que inundou as moradias às suas margens, chegamos ao Centro Municipal de Educação Básica Eva Karnal Johann, onde a prefeitura instalou um abrigo temporário. Em toda a cidade, são mais de 600 pessoas desabrigadas. Nas salas de aula da escola há 150 famílias alojadas. O acolhimento é feito por voluntários cedidos pela prefeitura e por entidades empresariais. Guiados por uma voluntária, chegamos ao quarto improvisado de Eduardo dos Santos (foto). O homem é tratado com admiração e respeito: “Na última enchente, ele estava aqui de voluntário, ajudando todo mundo”. Desta vez, ele é que recebe a

ajuda. Não só porque sua casa foi inundada – o que já acontecera na enchente anterior. Deitado em um colchão erguido sobre classes, ele nos conta, com serenidade, que levou cinco facadas de um grupo que queria roubar sua bicicleta. Uma pegou na coluna e o deixou paraplégico. Novamente somos tomados pela estupefação diante da forma como os cidadãos lidam com suas tragédias e das limitações do poder público para abarcar todas as suas responsabilidades. Enquanto conversamos, a filha dele brinca com a boneca que ganhou no abrigo – a outra foi levada pela enxurrada. Como a maioria das crianças que encontramos, sua alegria ajuda a tornar mais leve o ambiente, num contraponto às tensões que surgem, por exemplo, na organização das doações que chegam ao local.

FLÁVIO DUTRA/JU



# Em busca de respostas

Sapucaia do Sul foi um dos municípios mais atingidos pelas cheias de julho, em que centenas de famílias precisaram deixar suas casas para fugir dos riscos da inundação

O escritório ocupado pelo Grupo de Gestão de Risco de Desastres (GRID) em Porto Alegre, próximo ao Câmpus Central da UFRGS é bem organizado e equipado – contrastando com o cenário de transitoriedade e destruição encontrado nas áreas de inundação. Isso parece ser um indício do alto investimento que vem sendo feito na produção científica ligada à prevenção de desastres.

O GRID e o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED), ao qual aquele é ligado, vêm realizando estudos financiados pelo Ministério da Integração Nacional e por agências de fomento à pesquisa, dando amparo para as ações de prevenção e resposta a serem coordenadas pelas diferentes instâncias públicas. Encaminha-se, assim, o cumprimento da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), estabelecida por meio da Lei 12.608/12, a qual tem entre suas diretrizes a exigência de que o planejamento seja feito com base em pesquisas e estudos sobre áreas de risco e incidência de desastres no território nacional.

Tal embasamento científico provém de projetos como o Mapeamento de Vulnerabilidades de Áreas Suscetíveis a Inundações e Deslizamento no Rio Grande do Sul, recém-finalizado pelo GRID, que, a partir do levantamento de dados, formulou e aplicou uma metodologia para avaliação e mapeamento de vulnerabilidade de áreas previamente delimitadas pelo Serviço Geológico do Brasil nos municípios de Rolante, Sa-

pucaia do Sul, Igrejinha, Novo Hamburgo, Capão do Leão, Estrela, Encantado e São Lourenço do Sul. Nos três últimos já foi realizada a reunião pública para a entrega dos resultados.

**Envolvimento** – A visita realizada pela equipe do Jornal da Universidade a áreas atingidas pelas fortes chuvas do mês de julho explicitou a extrema dificuldade de se equacionar a gestão das cidades. Em busca de propostas para atender a essa inquietação, procuramos o GRID, já que este tem a intenção de dar subsídios ao planejamento prévio. “Acho que não tem uma resposta pronta. É uma série de fatores que precisam ser conversados e combinados. Por isso, deve haver uma integração de todos os atores envolvidos nessa cadeia para encontrar uma solução”, opina Cristiane Pauletti, engenheira civil e pesquisadora do Grupo.

Por se tratar de um problema multifatorial, os pesquisadores são unânimes na ênfase a propostas que promovam o maior envolvimento possível de todos os atores na busca por soluções. “Tem a comunidade, o poder público, os órgãos setoriais, ONGs, universidades. Porque não é só um ou outro que faz a sociedade; há uma articulação”, insiste Cristiane.

Além disso, sustentam que o foco deve estar no planejamento, e não apenas nas ações de resposta diante do desastre consumado. “Deve haver prevenção, por exemplo, através de planejamento urbano, fazendo com que todos os setores tenham a gestão de risco como um enfoque permanen-

te. É, em suma, uma mudança de cultura da gestão pública. Alguns municípios já fazem isso, mas, infelizmente, são muito poucos”, comenta Eloísa Giazzon, pesquisadora do GRID.

Com tudo isso em mente, a proposta construída, desde 2010, pelos projetos do Grupo veio na forma de uma metodologia que busca promover justamente o envolvimento dos diferentes agentes para realizar o diagnóstico dos possíveis riscos e vulnerabilidades e propor planos de ação.

“Nosso objetivo foi desenvolver uma metodologia participativa em todos os níveis. Então, no levantamento de dados, fizemos muitas oficinas com os gestores públicos, com os diversos setores da prefeitura, com os moradores das áreas de risco, conversando juntos sobre a problemática. Queríamos um projeto que pudesse ser replicado por parte da gestão pública e também promovesse reflexão sobre os problemas”, recorda Alexandra Passuello, gestora do GRID.

Assim, por meio dessa metodologia, que foi certificada pela Fundação do Banco do Brasil em 2013 como uma tecnologia social – ferramenta que pode ser livremente apropriada e adaptada às realidades locais –, ocorre um processo de formação interativo, no qual as comunidades passam a perceber melhor os riscos e a planejar ações. “Em Igrejinha, atualmente, vários moradores já buscaram a prefeitura, antes de comprar um lote, por exemplo, para consultar se ele não está numa área de risco, inadequada para ocupação. É o exemplo mais

concreto que a gente tem de que a ferramenta está sendo utilizada”, comemora Cristiane.

**Conhecimento local** – Eloísa enxerga como uma das virtudes do método de trabalho o fato de os pesquisadores não apenas agregarem um saber técnico-científico, mas também darem importância ao conhecimento local dos envolvidos no processo. “Isso parece facilitar a interação”. Exalta, dessa maneira, a relevância da conversa e da escuta atenta. “Muitas pessoas nos dizem do interesse de ter alguém que escute o que elas sabem sobre o que acontece naquele lugar. Eles já nos disseram: ‘A gente sempre responde os questionários e nunca sabe o que vai dar, mas vocês vieram aqui e quiseram nos ouvir’. Então, depende também de possibilitar isso”, completa.

Para ilustrar, Eloísa relata uma visita técnica realizada em Novo Hamburgo: “As moradoras de um lado da rua nos disseram: ‘olha, do outro lado, a prefeitura disse para não construir numa faixa determinada porque passa a rede pluvial’. E todos construíram por cima. Pode ser que um dia venha uma enxurrada tão forte que derrube as casas. Esse é o tipo de situação em que, se não fosse pelo conhecimento local, os técnicos não iriam adivinhar que tinha essa rede subterrânea”.

Alexandra acrescenta que a valorização do saber local não se dá só por palavras, envolvendo também a postura dos pesquisadores. “Muitas vezes, a universidade se coloca num pedestal, como detentora de um conhecimento

inacessível à população em geral. E não é isso. Nosso papel é saber transmitir esse conhecimento na linguagem adequada para cada público. É preciso conseguir se comunicar”, assevera.

Os mapeamentos realizados sob a perspectiva de simetria dos saberes podem gerar subsídios para as políticas públicas. Conforme Eloísa, “é uma oportunidade de qualificar a gestão e não só apontar problemas”. Disso pode resultar uma comunidade capaz de dar uma resposta mais efetiva às ameaças. “A qualificação da percepção de risco por parte da população e seu engajamento, dentro de um sistema nacional de defesa civil, é fundamental”, adverte Alexandra.

## Defesa Civil

O contato com a Defesa Civil do RS pode ser feito pelo telefone 199. Para conhecer as ações locais, pode-se procurar a equipe municipal através da prefeitura ou acessar o site [www.defesacivil.rs.gov.br](http://www.defesacivil.rs.gov.br)

## Grid

O Grupo de Gestão de Risco de Desastres faz diagnóstico de gestão de risco e realiza atividades diretas de qualificação e apoio aos municípios, como as oficinas de capacitação em gestão de risco, que têm atividades a distância e presenciais. Mais informações pelo endereço [www.ufrgs.br/grid](http://www.ufrgs.br/grid).